



# newsletter

---

Nº 82 – NOVEMBRO / 2013

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 [info@oliveirarego.pt](mailto:info@oliveirarego.pt)  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 82 – NOVEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## Assuntos em Destaque

<b>Resumo Fiscal/Legal – Outubro de 2013</b>	<b>2</b>
<b>Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo</b>	<b>3</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>7</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL**

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro** - Aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial (SPE), estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao SPE, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Assim, com vista a promover a melhoria do desempenho da actividade pública empresarial, o decreto-lei contém: i) os princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas; ii) os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o sector público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei; iii) os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.

**Ministério da Justiça - Decreto-Lei n.º 134/2013, de 4 de Outubro** - Estabelece um procedimento extraordinário de realização do estágio e do exame para o acesso à actividade de administrador judicial.

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2013, de 10 de Outubro** - Permite a emissão de novos valores escriturais nominativos, designados por Certificados do Tesouro Poupança Mais (CTPM), os quais têm como objectivo promover a poupança de médio prazo dos cidadãos e dinamizar o acesso dos particulares a instrumentos de dívida pública com taxa fixa garantida.

**Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de Outubro** - Cria a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., e extingue o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P., e a estrutura de missão Observatório do QREN.

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de Outubro** - Aprova um regime excepcional de regularização de dívidas de natureza fiscal, bem como de dívidas à segurança social, cujo prazo legal de cobrança tenha terminado até 31 de Agosto de 2013.

2/7

# ORA newsletter

---

**Nº 82 – NOVEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## **CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DE APOIOS DO GOVERNO (PARTE I)**

### **Enquadramento**

A “Contabilização dos subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo” é tratada pela Norma de Contabilidade e Relato Financeiro 22 que define quais os procedimentos que uma entidade deve seguir na contabilização e divulgação de subsídios e apoios do Governo.

A NCRF 22 tem por base a IAS 20 – “Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo”, de Abril de 1983 (reformatada em 1994), do IASC, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Segundo a norma, os subsídios (mesmo os não monetários valorizados ao justo valor) só devem ser reconhecidos se existir segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a eles associados; e ii) os subsídios serão efectivamente recebidos.

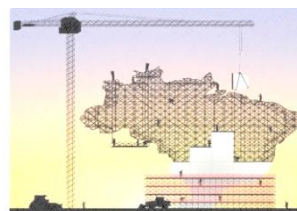
### **Principais Conceitos**

Os subsídios são apoios do Governo na forma de transferência de recursos para uma entidade, em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas com as suas actividades operacionais.

### **Tipos de subsídios**

#### **i) Subsídios relacionados com activos ou ao investimento**

- Activos fixos tangíveis depreciables e com intangíveis com vida útil definida (amortizáveis);
- Activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida (ex: *goodwill*).



De acordo com a norma (§ 4) a atribuição deste tipo de subsídios pelo Governo, tem subjacente uma condição primordial que é “... a entidade a que eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir activos a longo prazo”. Estes subsídios podem designar-se de subsídios ao investimento na medida em que estão associados à concretização de investimentos na empresa, tais como a aquisição de determinados bens/equipamentos.

3/7

# ORA newsletter

---

Nº 82 – NOVEMBRO/2013  
(circulação limitada)

## ii) Subsídios relacionados com rendimentos ou à exploração

Os subsídios relacionados com rendimentos são subsídios que não têm relação com activos. Normalmente são reconhecidos como subsídios à exploração, tendo em conta que visam compensar gastos já incorridos ou a incorrer na exploração (por exemplo subsídios para a criação e manutenção de postos de trabalho).

## iii) Outros subsídios

Os outros subsídios são todos aqueles que não se destinam ao investimento ou à exploração.

### Contabilização dos subsídios: reconhecimento inicial / imputação a rendimentos

#### i) Relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis

**Subsídios não reembolsáveis** – são inicialmente registados no capital próprio, na conta “593 – Subsídios”, por contrapartida da conta “278 – Outros Devedores e Credores”.

Posteriormente a contabilização irá depender do tipo de activo que está associado:

- Activos tangíveis depreciáveis e activos intangíveis com vida útil definida (amortizáveis) – a imputação a resultados é feita numa base sistemática na conta “7883 – Imputação de Subsídios para investimentos”, por contrapartida da conta de capital próprio à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem, durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos correspondentes.
- Activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida – Deverá manter-se no capital próprio, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Deve apresentar-se em separado na demonstração dos fluxos de caixa.

**Subsídios reembolsáveis** - Os subsídios reembolsáveis, designados normalmente por empréstimos, devem ser registados no passivo na conta “258 – Outros Financiadores”, sendo que, se por qualquer motivo passarem a ser considerados não reembolsáveis, os mesmos deverão ser tratados como “subsídios não reembolsáveis”.



# ORA newsletter

---

**Nº 82 – NOVEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## **ii) Relacionados com rendimentos**

A contabilização deste tipo de subsídios deverá ter em conta o seguinte:

- Se os gastos já tiverem sido realizados ou não existem gastos futuros – O subsídio deverá ser contabilizado em resultados do período, na conta “75 – Subsídios à exploração”;
- Se os gastos já tiverem sido parcialmente realizados – A parte relacionada com os gastos já incorridos deverá ser registada em resultados do período, na conta “75 – Subsídios à exploração”, sendo que a parte dos gastos que ainda não tiver sido efectuada deverá ser reflectida em rendimentos diferidos;
- Se os gastos ainda não tiverem sido realizados – O montante deverá ser registado na conta “281 - Rendimentos diferidos”, sendo depois transferido para a conta de resultados “75 – Subsídios à exploração”, à medida da sua realização.

## **iii) Subsídios não monetários**

De acordo com a NCRF 22, um subsídio do Governo pode tomar a forma de transferência de um activo não monetário (terrenos ou outros recursos), para uso da entidade.

Efectivamente, se o Governo atribui o subsídio mediante a transferência de um activo, significa que o valor do subsídio será exactamente igual ao valor do activo, o qual deve ser mensurado pelo justo valor (embora não ocorra a transferência de meios líquidos). Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio devem registar-se por uma quantia nominal.

## **Reembolso de subsídios do governo**

Para o caso de uma entidade ser obrigada a restituir, no todo ou em parte, um subsídio não reembolsável anteriormente recebido, pelo não cumprimento das obrigações pré-estabelecidas, deve registar o reembolso por contrapartida de um débito na(s) conta(s):

- 593 – Subsídios - até ao montante que ainda não foi imputado a resultados, ou seja, até esgotar o seu saldo, no caso de se tratar de subsídios relacionados com activos.
- 282 - Rendimentos a reconhecer - se os subsídios forem relacionados com rendimentos.
- 296 - Provisões - contratos onerosos - se em período anterior concluiu que as condições impostas não seriam cumpridas e o reembolso era provável.

5/7

# ORA newsletter

---

**Nº 82 – NOVEMBRO/2013**  
(circulação limitada)

## Enquadramento fiscal dos subsídios

O tratamento fiscal dos subsídios encontra-se essencialmente prescrito nos artigos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), designadamente: i) Art. 18.º - Periodização do lucro tributável; ii) Art. 20.º - Rendimentos; e iii) Art. 22.º - Subsídios relacionados com activos não correntes.



Relativamente aos subsídios à exploração, as regras fiscais são idênticas às contabilísticas, na medida em que os subsídios à exploração são tributados no(s) período(s) em que são reconhecidos em rendimentos (alínea j), do n.º 1 do Art. 20.º), respeitando a periodização económica (Art. 18.º).

Os subsídios destinados ao investimento são reconhecidos inicialmente nos Capitais Próprios, no entanto, esta variação positiva nos capitais próprios não é fiscalmente relevante no reconhecimento inicial do subsídio, sendo-o apenas posteriormente:

- Os relativos a investimentos depreciables/amortizáveis vão sendo tributados na mesma proporção da depreciação ou amortização calculada sobre o custo de aquisição ou de produção, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do Art. 22.º (relativo às quotas mínimas de depreciação ou amortização).
- Os relativos a investimentos não depreciables/amortizáveis, são tributados durante o período em que o activo for inalienável, ou quando não aplicável, durante um período de 10 anos, em partes iguais. Como estes subsídios são directamente reconhecidos nos capitais próprios, e regra geral aí se mantêm, em cada um dos períodos contabilísticos subsequentes (em que fiscalmente o subsídio é tributado) a entidade deve efectuar um acréscimo ao Quadro 07 da Modelo 22 passando assim a constar da matéria colectável.



**- Paula Bárbara -**

## **Bibliografia:**

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 22 – Contabilização e divulgação dos subsídios do Governo*
- *Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (CIRC)*
- *Formação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre “Auditoria a Subsídios e sua Contabilização” (Julho de 2013)*

6/7

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

Nº 82 – NOVEMBRO/2013  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

Realiza-se no próximo dia 21 de Novembro, a XX Conferência Anual do Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI) subordinada ao tema “Auditoria Tendências Futuras”. Pelo seu interesse e natureza transversal, evidenciamos alguns dos temas que serão tratados na conferência:



- Cooperação entre a Auditoria Externa e Interna na Europa e em Portugal
- A Auditoria nos novos Códigos de Governo das Sociedades
- Ética e Responsabilidade Social como factor de competitividade no Mercado Global
- Procedimentos Analíticos de Auditoria -Tendências Futuras
- O papel de *data analytics* na transformação da Auditoria Interna
- Metodologias Futuras de Auditoria In/Outsourcing
- Governo Societário e Controlo de Riscos
- Auditoria Interna – Desenvolvimentos Futuros

A inscrição na conferência terá que ser concretizada, para os interessados, até ao próximo 10 de Novembro. Mais informações em <http://www.ipai.pt/noticias/detalhes.php?id=342>

*Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*